

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

"O passado nunca nos abandona": a luta pela terra, continuidade histórica e vozes narrativas em Torto Arado

Laís Silva Braga

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17773>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-01 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

“O PASSADO NUNCA NOS ABANDONA”: A LUTA PELA TERRA, CONTINUIDADE HISTÓRICA E VOZES NARRATIVAS EM TORTO ARADO

LAÍS SILVA BRAGA

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0296-7584>

<laisbraga.socio@gmail.com.br>

Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo (SP), Brasil

RESUMO: Este trabalho analisa *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, a partir da sociologia da literatura, investigando como o romance articula luta pela terra, continuidade histórica da expropriação e construção do pertencimento quilombola por meio de suas escolhas formais. A análise concentra-se nas narradoras Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, observando como suas perspectivas em primeira pessoa organizam diferentes formas de perceber, recordar e interpretar a experiência social em Água Negra. Metodologicamente, desenvolve-se uma leitura textual e interpretativa de trechos selecionados do romance em diálogo com a sociologia da literatura, os estudos rurais e o pensamento social brasileiro. Argumenta-se que a terra constitui um eixo histórico e simbólico da narrativa, marcado pela tensão entre propriedade jurídica e pertencimento vivido. A alternância das vozes aproxima corpo, silêncio e ancestralidade da memória coletiva da comunidade, enquanto a afirmação “somos quilombolas” reorganiza experiências de trabalho, permanência e expropriação em uma linguagem política de autoatribuição e reconhecimento. O romance articula, assim, forma narrativa e experiência social na elaboração de uma identidade coletiva vinculada ao território.

Palavras-chave: sociologia da literatura, torto arado, identidade quilombola, terra, território

“THE PAST NEVER LEAVES US”: THE STRUGGLE FOR LAND, HISTORICAL CONTINUITY, AND NARRATIVE VOICES IN TORTO ARADO

ABSTRACT: This paper analyzes Itamar Vieira Junior’s *Torto Arado* (2019) from the perspective of the sociology of literature, examining how the novel articulates the struggle for land, the historical continuity of expropriation, and the construction of quilombola belonging through its formal choices. The analysis focuses on the narrators Bibiana, Belonísia, and Santa Rita Pescadeira, considering how their first-person perspectives organize different ways of perceiving, remembering, and interpreting social experience in Água Negra. Methodologically, the study develops a textual and interpretive reading of selected passages from the novel in dialogue with the sociology of literature, rural studies, and Brazilian social thought. It argues that land constitutes a historical and symbolic axis of the narrative, shaped by the tension between legal property and lived belonging. The alternation of voices connects body, silence, and ancestry to the community’s collective memory, while the statement “we are quilombolas” reorganizes experiences of labor, permanence, and expropriation through a political language of self-identification and recognition. The novel thus articulates narrative form and social experience in the construction of a collective identity tied to territory.

Keywords: sociology of literature, torto arado, quilombola identity, land, territory

INTRODUÇÃO

Em Torto Arado (2019), de Itamar Vieira Júnior, a terra organiza as relações de trabalho, moradia e pertencimento que estruturam a vida em Água Negra. A comunidade vive sob um regime de “morada” que vincula os trabalhadores ao território pelo cultivo e pela dependência, embora essa permanência não se converta em direito sobre a terra. Ao longo do romance, essa condição adquire uma dimensão histórica, pois o trabalho acumulado por gerações convive com a precariedade da posse e com a possibilidade constante de expulsão. A tensão entre propriedade jurídica e pertencimento vivido constitui, assim, um dos eixos a partir dos quais a experiência social da comunidade é narrada.

A forma do romance é decisiva para a construção dessa experiência. Dividida em três partes, a narrativa é conduzida sucessivamente por Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, cujas perspectivas em primeira pessoa organizam maneiras distintas de perceber e elaborar o mundo de Água Negra. Essa escolha desloca a análise da simples identificação de temas sociais para o modo como eles são formalizados literariamente. Em diálogo com a tradição da sociologia da literatura, especialmente com Candido (2010) e Schwarz (1987), parte-se da compreensão de que a relação entre literatura e sociedade se estabelece pela forma, capaz de reorganizar conflitos e contradições historicamente produzidos. As narradoras são, portanto, tomadas como construções ficcionais cujas posições, temporalidades e modos de percepção produzem sentidos específicos para a terra, a memória e a experiência coletiva.

A partir dessa perspectiva, este trabalho investiga como Torto Arado elabora literariamente a luta pela terra, a continuidade histórica da expropriação e a construção do pertencimento quilombola. A análise concentra-se em Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, observando como suas posições narrativas participam da representação das relações de gênero e raça e da transformação do vínculo territorial em reivindicação política. A questão que orienta o artigo consiste em compreender de que maneira a construção dessas narradoras contribui para elaborar a experiência social de Água Negra, especialmente no processo em que trabalho, memória e permanência passam a fundamentar o direito à terra e a afirmação de uma identidade quilombola.

Metodologicamente, desenvolve-se uma análise textual e interpretativa de trechos selecionados das três partes do romance, articulada a debates da sociologia da literatura, dos estudos rurais e do pensamento social brasileiro. O percurso acompanha três movimentos relacionados.

Primeiro, examina-se a fratura entre propriedade e pertencimento e a maneira como o regime de moradia organiza a relação dos trabalhadores com a terra. Em seguida, a atenção se volta para a estrutura narrativa, considerando como corpo, silêncio e ancestralidade participam da construção das perspectivas de Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira. Por fim, analisa-se a passagem das classificações que atravessam a comunidade para a afirmação “somos quilombolas”, entendida como uma forma de reorganizar politicamente sua história e seu vínculo territorial.

Assim, argumenta-se que a força sociológica de *Torto Arado* está na maneira como sua forma narrativa articula a experiência histórica da expropriação às diferentes formas de pertencimento construídas em Água Negra. A terra concentra a fratura entre domínio jurídico e permanência coletiva, enquanto as vozes das narradoras tornam perceptíveis as marcas dessa história sobre os corpos, a memória e as formas de compreender o presente. A reivindicação quilombola emerge desse processo como uma elaboração política de experiências anteriormente vividas por meio da moradia, do trabalho e da continuidade entre gerações. A análise busca, desse modo, mostrar como o romance aproxima forma literária e experiência social ao transformar a luta pelo território em princípio de organização de sua narrativa.

“A TERRA NÃO NOS PERTENCIA, NÓS É QUE PERTENCÍAMOS À TERRA”: PROPRIEDADE, PERTENCIMENTO E EXPROPRIAÇÃO

Em *Torto Arado*, a terra organiza as relações de trabalho, moradia e pertencimento que estruturam a vida em Água Negra. Os moradores cultivam o território há gerações, constroem suas casas e enterram seus mortos, embora não possuam direito formal sobre ele. A propriedade permanece nas mãos de pessoas pouco presentes na vida da fazenda, enquanto aqueles que efetivamente a habitam e trabalham vivem sob uma permanência precária. Essa fratura entre propriedade e pertencimento sustenta um dos conflitos centrais do romance.

O regime de “moradia” torna essa relação particularmente visível, pois a permanência na fazenda depende do trabalho e da autorização dos proprietários. A proibição de construir casas de alvenaria reforça o caráter provisório dessa presença e impede que décadas de cultivo se convertam em estabilidade ou direito. A configuração se aproxima da análise de José de Souza Martins (1994), para quem a concentração da propriedade fundiária constitui um elemento central das relações de

poder no campo brasileiro e permite a reprodução de formas de dependência mesmo após o fim da escravidão. Essa fratura ganha expressão direta quando Zezé pergunta ao pai por que sua família não é dona da terra em que nasceu, trabalha e retira seu sustento. Narrado por Belonísia, o diálogo contrapõe o documento de propriedade à experiência concreta do trabalho:

Um dia, meu irmão Zezé perguntou ao nosso pai o que era viver de morada. Por que não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona. Por que não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão. Se dali retirávamos nosso sustento [...] O documento da terra não vai lhe dar mais milho, nem feijão. Não vai botar comida na nossa mesa. [...] Esta terra que cresce mato, que cresce a caatinga, o buriti, o dendê, não é nada sem trabalho. [...] Para gente como a gente a terra só tem valor se tem trabalho.” (Vieira, 2019, p. 185-186).

A pergunta de Zezé e a resposta de Zeca Chapéu Grande colocam em confronto duas formas de legitimar a relação com a terra. De um lado, encontra-se a propriedade juridicamente assegurada pela posse do documento; de outro, um pertencimento construído pelo nascimento, pelo cultivo e pela permanência. A resposta de Zeca não reivindica imediatamente a titularidade, mas formula uma ética do trabalho segundo a qual o valor da terra decorre de sua capacidade de sustentar a vida. Essa concepção aproxima-se da formulação de Antônio Bispo dos Santos, segundo a qual, nas experiências quilombolas, a relação com o território não se organiza prioritariamente pela propriedade: “a terra não nos pertencia, nós é que pertencíamos à terra” (Santos, 2018, p. 44).

Em Torto Arado, o pertencimento à terra também se constrói por meio da memória e dos vínculos entre gerações. Essa dimensão se torna especialmente visível quando o novo proprietário proíbe os sepultamentos na Viração. A decisão faz Belonísia compreender que, se já não poderiam “deitar nossos mortos na Viração”, em breve também não poderiam “estar sobre a mesma terra” (Vieira, 2019, p. 180). O impedimento relaciona a presença dos mortos à permanência dos vivos e evidencia a terra como espaço de continuidade histórica. A noção de “terra-território”, discutida por Emília Pietrafesa de Godoi (2023), permite compreender essa dimensão ampliada. Para a autora, a terra incorpora relações familiares, lugares de moradia e a presença dos mortos, constituindo um “lugar ao qual pertencem” (Godoi, 2023, p. 15). Como patrimônio, sustenta a continuidade entre gerações e envolve o cuidado com aquilo que será transmitido no futuro (Godoi, 2023, p. 26).

Essa concepção de terra-território aproxima Água Negra das formas de territorialidade descritas por Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010), nas quais o uso da terra se organiza segundo

normas sociais próprias, relações de solidariedade e reconhecimento coletivo. Nos sistemas de uso comum e nas chamadas “terras de preto”, o pertencimento se sustenta em vínculos históricos que asseguram a continuidade do grupo no território, em contraste com a divisão individual e formal da propriedade (Almeida, 2010, p. 104; 114).

O romance inscreve essa disputa em uma duração histórica mais ampla ao aproximar o presente de Água Negra do passado escravista e das experiências posteriores à abolição, marcadas pelos deslocamentos de populações negras em busca de lugares onde fosse possível trabalhar e morar. Os poucos marcos temporais explícitos reforçam essa aproximação entre diferentes momentos históricos: transformações materiais e institucionais chegam à fazenda, enquanto persiste a distância entre aqueles que trabalham a terra e aqueles que possuem direitos sobre ela. A leitura de Martins (1994) ajuda a compreender essa permanência como reprodução de mecanismos de dependência ligados à concentração fundiária e à precariedade dos trabalhadores. Essa continuidade ganha formulação explícita quando Bibiana, após o assassinato de Severo, transforma a memória coletiva em denúncia:

Muitos de nós, a maioria, posso dizer, nasceram nesta terra. Nasceram aqui nesta terra que não tinha nada, só o nosso trabalho. Isto tudo aqui só existe porque trabalhamos esta terra. [...] Quando deram liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? (Vieira, 2019, p. 219-220).

A fala de Bibiana reorganiza a experiência de Água Negra a partir de uma interpretação histórica, vinculando as condições vividas no presente às peregrinações e formas de dependência que sucedem a abolição. Essa consciência se constitui gradualmente ao longo da narrativa e ganha nitidez no contraste entre Zeca Chapéu Grande e Severo. Para Zeca, a relação com os proprietários é marcada pela prudência e pela necessidade de preservar a permanência na fazenda, de modo que a “morada”, apesar de desigual, ainda conserva o sentido de uma concessão que assegura abrigo e sobrevivência. Severo rompe progressivamente com essa lógica ao formular a permanência como direito fundado na história da comunidade, no trabalho e na presença acumulada de gerações. A criação da associação de trabalhadores e pescadores de Água Negra expressa essa mudança ao converter uma experiência compartilhada de pertencimento em reivindicação política. Nesse processo, a memória das gerações anteriores passa a fornecer sentido histórico à luta no presente, enquanto o assassinato de Severo

evidencia a violência que acompanha a tentativa de transformar o pertencimento vivido em direito reconhecido.

Ao longo desse percurso, *Torto Arado* coloca em confronto diferentes formas de legitimar a relação com a terra. A propriedade jurídica separa domínio e presença, enquanto os moradores constroem seu pertencimento a partir do trabalho e da permanência histórica da comunidade. Antes que “quilombola” apareça como categoria explicitamente reivindicada, o romance já apresenta uma territorialidade sustentada por vínculos coletivos e pela continuidade entre gerações. A luta pela terra passa, então, a adquirir uma linguagem política capaz de transformar essa experiência de permanência em reivindicação de direito. O modo como esse processo se torna legível depende também das vozes que o narram, pois Bibiana, Belonísia e, posteriormente, Santa Rita Pescadeira organizam de maneiras distintas a relação entre experiência individual e história coletiva. É a partir dessas perspectivas, e das formas como articulam corpo, silêncio e ancestralidade, que se desenvolve o próximo movimento da análise.

“AGORA UMA TERIA QUE FALAR PELA OUTRA”: SUBJETIVIDADE, CORPO E ANCESTRALIDADE NAS NARRADORAS DE TORTO ARADO

A estrutura de *Torto Arado* distribui a narrativa entre três vozes em primeira pessoa: Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira. Essa escolha formal condiciona a maneira como a experiência de Água Negra se torna acessível ao leitor, pois cada narradora organiza os acontecimentos a partir da posição que ocupa na história e dos limites de sua própria experiência. Como observa Gancho (2010, p. 21), o conhecimento do narrador-personagem permanece circunscrito àquilo que ele pode perceber, recordar e interpretar. Ao mesmo tempo, Bibiana, Belonísia e Santa Rita devem ser compreendidas como construções ficcionais cuja coerência resulta da organização formal do romance. Nesse sentido, Candido (1998) mostra que a personagem produz uma impressão de existência por meio da seleção e articulação de traços, experiências e conflitos. As três narradoras constituem, assim, posições específicas a partir das quais corpo, memória, linguagem e pertencimento adquirem sentidos distintos.

Essa diferença entre perspectivas se apresenta desde o episódio da faca de Donana, que reorganiza a relação entre as duas irmãs e sua maneira de se comunicar. Após a perda da língua de Belonísia, gestos e movimentos corporais passam a mediar uma relação antes sustentada pela fala, levando Bibiana a afirmar que “agora uma teria que falar pela outra. Uma seria a voz da outra” (Vieira, 2019, p. 24). O acidente também funciona como uma matriz formal do romance, pois retorna nas

duas primeiras partes sob perspectivas diferentes. Bibiana o incorpora à memória da infância e à construção de sua relação com a irmã, enquanto Belonísia o recorda a partir da mutilação inscrita no próprio corpo e de seus efeitos posteriores sobre a linguagem, a vergonha e o silêncio (Vieira, 2019, p. 92). A repetição do acontecimento mostra como uma experiência compartilhada adquire sentidos distintos conforme a posição de quem a rememora, fazendo da subjetividade um princípio de organização da narrativa.

Esse recurso também insere *Torto Arado* em uma transformação mais ampla da figura do narrador na literatura brasileira contemporânea. Jaime Ginzburg (2012, p. 200-201) identifica um processo de descentramento da instância narrativa, no qual posições historicamente marginalizadas passam a ocupar o lugar da enunciação. O autor denomina esse movimento de “desrecalque histórico”, relacionado à entrada de sujeitos anteriormente silenciados ou subordinados no campo da representação. Regina Dalcastagnè (2001), por sua vez, enfatiza que a narrativa contemporânea torna visível a disputa pela legitimidade da fala. Para a autora, a ficção configura um “ardente campo de batalha” no qual está em jogo o direito de contar a própria história e de interpretar o mundo (Dalcastagnè, 2001, p. 5). Em *Torto Arado*, essa disputa assume uma configuração particular: são três mulheres negras, ligadas a uma comunidade rural marcada pela expropriação, que ocupam sucessivamente o centro narrativo.

Apesar de compartilharem o mesmo território e parte significativa da história familiar, Bibiana e Belonísia organizam suas experiências de maneiras distintas. A primeira parte, narrada por Bibiana, tende a articular memória familiar, história da terra e transformação política. Sua voz estabelece conexões entre acontecimentos dispersos e os insere em uma interpretação progressivamente mais ampla da vida em *Água Negra*. A saída da fazenda com Severo, o contato com outros trabalhadores, a aproximação com formas de organização política e o retorno à comunidade alteram sua compreensão da condição de morada. A experiência familiar passa a ser lida como parte de uma história coletiva de exploração e luta pela terra.

Essa disposição também aparece no modo como Bibiana transmite memórias que não viveu diretamente. Ao narrar histórias de Donana, da Fazenda Caxangá e das expulsões sofridas por gerações anteriores, ela incorpora à própria trajetória acontecimentos recebidos pela memória familiar. Sua voz articula passado e presente, transformando histórias transmitidas em elementos de compreensão da experiência atual. A dimensão política de sua narração torna-se mais evidente conforme a disputa pela

terra se intensifica, especialmente depois do assassinato de Severo. A fala, nesse caso, adquire função pública: permite nomear a injustiça, reconstruir a trajetória da comunidade e formular a permanência no território como direito.

Belonísia ocupa outra posição narrativa. Sua perspectiva é atravessada pela perda da língua e por uma atenção intensa às experiências corporais, de modo que o trabalho, a violência e as relações cotidianas são frequentemente organizados por gestos, sensações e silêncios. A fala oral deixa de funcionar como principal meio de expressão, enquanto outras formas de perceber e comunicar a experiência ganham centralidade. Essa questão se torna mais evidente quando Bibiana deixa Água Negra, pois Belonísia perde também aquela que durante anos havia mediado sua relação com os outros. Ao receber uma carta da irmã, percebe-se reduzida a um nome entre os familiares e se ressentida da ausência de qualquer pergunta sobre quem agora comunicava suas necessidades (Vieira, 2019, p. 103-104). A partida de Bibiana intensifica, assim, a necessidade de construir formas próprias de expressão depois de uma infância marcada pela promessa de que uma irmã seria a voz da outra.

O silêncio assume um sentido ainda mais complexo quando a personagem recorda as tentativas de utilizar sua voz. Longe dos outros, Belonísia experimenta palavras que evitava pronunciar socialmente. O que inicialmente aparece como vergonha da própria fala adquire, aos poucos, um vínculo com a memória das mulheres de sua família:

Eram palavras repetidas por minha voz deformada, estranha, carregada de rancor por muitas coisas e que só fez crescer ao longo dos anos. Agora, com os maus-tratos de Tobias, elas se tornaram mais vis, eram gritadas por minhas ancestrais, por Donana, por minha mãe, pelas avós que não conheci, e que chegavam a mim para que as repetisse com o horror de meus sons, e assim ganhassem os contornos tristes e inesquecíveis que me manteriam viva. (Vieira, 2019, p. 128).

A passagem transforma a voz deformada em lugar de inscrição de uma experiência que ultrapassa a trajetória individual de Belonísia. Os maus-tratos de Tobias se aproximam de uma memória feminina transmitida por Donana, Salu e pelas avós que a personagem sequer conheceu, fazendo com que sua linguagem seja atravessada por experiências anteriores à sua própria vida. O corpo passa a guardar essa continuidade entre gerações, enquanto o silêncio assume uma forma específica de percepção e resposta à violência. A ancestralidade feminina, portanto, antecede a entrada

de Santa Rita Pescadeira e já participa da construção das duas primeiras narradoras por meio de vínculos intergeracionais, práticas de cuidado e memórias transmitidas dentro da família.

A entrada de Santa Rita Pescadeira na terceira parte modifica o regime da narração, pois sua perspectiva ultrapassa a duração individual das trajetórias de Bibiana e Belonísia. Como encantada do jarê, Santa Rita se manifesta por meio da incorporação e depende de corpos, os chamados “cavalos”, para atuar no mundo. Os estudos de Senna e Aguiar (1980) e Banaggia (2015) situam o jarê como uma tradição religiosa de matriz africana própria da Chapada Diamantina, na qual a incorporação ocupa lugar central. O romance transforma essa dinâmica religiosa em princípio formal da terceira narradora: ao atravessar diferentes corpos, Santa Rita também atravessa gerações e amplia a temporalidade da narrativa para além da memória individual. Dessa forma, Santa Rita Pescadeira se apresenta por meio dessa relação entre entidade e corpo:

Meu cavalo morreu e não tenho mais montaria para caminhar como devo, da forma que um encantado deve se apresentar entre os homens, como deve aparecer por esse mundo. Desde então, passei a vagar sem rumo, arrodando aqui, arrodando acolá, procurando um corpo que pudesse me acolher. Meu cavalo era uma mulher chamada Miúda, mas quando me apossava de sua carne seu nome era Santa Rita Pescadeira. Foi nela que cavalguei por um tempo, não conto o tempo, mas montei o corpo de Miúda, solitária. Sou muito mais antiga que os cem anos de Miúda. Antes dela, me abriguei em muitos corpos, desde que a gente adentrou matas e rios, adentrou serras e lagoas, desde que a cobiça cavou buracos profundos e o povo se embrenhou no chão como tatus, buscando a pedra brilhante. (Vieira, 2019, p. 203).

Ao afirmar ser “muito mais antiga” que Miúda e ter se abrigado em diversos corpos, Santa Rita Pescadeira introduz uma temporalidade que ultrapassa a experiência individual das demais narradoras. Sua perspectiva alcança acontecimentos ligados ao garimpo, à escravidão e aos deslocamentos que antecedem a formação da comunidade, reunindo episódios separados por gerações dentro de uma mesma duração histórica. Com ela, a memória deixa de depender exclusivamente da transmissão familiar e passa a assumir uma dimensão ancestral, capaz de relacionar a experiência presente de Água Negra a formas anteriores de violência e expropriação.

Essa ampliação temporal dá forma narrativa à continuidade histórica discutida anteriormente. As relações de dependência que estruturam Água Negra permanecem reconhecíveis mesmo diante das transformações sociais que atravessam o romance, e Santa Rita incorpora essa duração à própria voz. Sua existência através de diferentes corpos permite reunir tempos históricos distintos dentro de uma

mesma experiência narrativa. A continuidade da expropriação deixa, assim, de depender exclusivamente da reconstrução retrospectiva realizada pelas personagens e passa a integrar a própria temporalidade da narração.

No desfecho, essa relação entre passado e presente se realiza por meio do corpo. Ao incorporar Bibiana e, posteriormente, Belonísia, Santa Rita faz com que experiências anteriores às trajetórias das duas irmãs participem diretamente da ação presente. Enquanto conduz Bibiana pela terra, a entidade associa os golpes da enxada a cenas de violência testemunhadas em outros tempos, entre elas a morte de uma criança para impedir sua escravização e o enforcamento de um homem (Vieira, 2019, p. 260). A memória ancestral ganha, nesse momento, uma dimensão corporal. O passado atravessa as personagens e participa do conflito que se desenrola no presente, aproximando história coletiva e experiência individual.

A divisão do romance entre três narradoras também coloca em questão o alcance dessa multiplicidade de perspectivas. Para Mikhail Bakhtin, a polifonia pressupõe uma “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis” (Bakhtin, 2010, p. 4), capazes de conservar sua autonomia dentro da unidade da obra. A alternância entre narradores, por si só, não caracteriza esse tipo de construção. A questão decisiva está no grau de independência das perspectivas e na possibilidade de que elas sustentem interpretações efetivamente distintas do mundo narrado.

Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira ocupam posições próprias dentro da estrutura do romance. Bibiana organiza a experiência a partir da memória familiar e de uma consciência política que se amplia ao longo da narrativa. Em Belonísia, o corpo e o silêncio assumem maior peso na elaboração do vivido, enquanto Santa Rita introduz uma perspectiva ancestral que atravessa gerações. Essas diferenças modificam a maneira como *Água Negra* se torna visível em cada parte. Ao mesmo tempo, as três narradoras caminham em direção a uma interpretação compartilhada da história da comunidade e de sua relação com a terra.

Fernando Cerisara Gil (2023) chama atenção justamente para os limites dessa diferenciação, sobretudo entre Bibiana e Belonísia. Embora as duas ocupem posições sociais distintas e organizem suas experiências de maneiras diferentes, a relativa unidade estilística da linguagem tende a aproximar suas vozes. A observação de Gil permite tratar a estrutura tripartida com maior cautela: o romance constrói diferentes posições de enunciação, porém mantém entre elas uma forte continuidade de

valores e de interpretação. A pluralidade das narradoras convive, desse modo, com um horizonte comum a partir do qual a experiência de Água Negra é compreendida.

A estrutura tripartida articula, desse modo, diferentes escalas da experiência de Água Negra. Bibiana aproxima memória e elaboração política, Belonísia inscreve essa história no corpo e no silêncio, e Santa Rita estende essas trajetórias para uma duração ancestral. Apesar das diferenças entre suas perspectivas, as três vozes convergem na construção de uma experiência histórica compartilhada em torno da terra. Essa convergência também acompanha uma transformação na maneira como a comunidade interpreta sua própria trajetória, à medida que a permanência no território e a memória das gerações anteriores passam a fundamentar uma reivindicação coletiva. A afirmação “somos quilombolas” emerge nesse processo como uma linguagem política capaz de reunir essas experiências e reorganizá-las em torno do pertencimento e do reconhecimento, questão que orienta o próximo movimento da análise.

“SOMOS QUILOMBOLAS”: ENTRE RACIALIZAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RECONHECIMENTO

A afirmação “somos quilombolas” surge em *Torto Arado* quando a disputa fundiária se intensifica e os moradores de Água Negra passam a formular sua permanência no território como direito. A categoria reúne experiências que a narrativa vinha construindo desde o início e oferece uma nova linguagem para interpretar a história da comunidade. Sua emergência marca, assim, a passagem de formas dispersas de identificação e pertencimento para uma autoatribuição capaz de sustentar uma reivindicação política coletiva.

Esse processo começa antes da nomeação quilombola, nas situações em que as personagens percebem sua posição racial a partir do contato com outros espaços sociais. A cena do hospital, narrada por Bibiana logo após o acidente da faca, constitui um dos primeiros momentos em que essa diferença se torna perceptível. Ao sair de Água Negra, a personagem recorda que aquele “foi o primeiro lugar em que vi mais gente branca que preta” e observa que “as pessoas nos olhavam com curiosidade, mas sem se aproximar” (Vieira, 2019, p. 18-19). A percepção racial se constitui, nesse episódio, por meio de uma mudança de ambiente e do olhar recebido. A diferença ganha sentido relacionalmente, quando Bibiana e sua família entram em um espaço no qual seus corpos passam a ocupar uma posição marcada.

A própria autoimagem da personagem também se constrói em relação ao território. Mais adiante, ao lembrar que espelhos eram objetos raros em Água Negra, Bibiana descreve os rios como superfícies em que ela e a irmã podiam se reconhecer:

Era algo misterioso olhar para as duas mulheres jovens, recém-saídas da adolescência. Espelho não era coisa comum por ali. Havia o pedaço de espelho de Donana, que podíamos admirar vez ou outra, enquanto desarrumava e arrumava sua mala naquela rotina instituída na sua caduquice. Mas espelho mesmo, acessível para os observarmos, era apenas o espelho d'água dos rios com seu líquido escuro e ferruginoso, onde nos víamos negras num espelho também negro, talvez criado exatamente para nos descobrirmos. (Vieira, 2019, p. 32).

O contraste entre as duas cenas é significativo. No hospital, a diferença racial aparece mediada pelo olhar externo; no rio, Bibiana reconhece a si mesma em um espaço pertencente ao cotidiano da comunidade. O romance constrói, dessa forma, uma experiência de racialização que antecede uma linguagem identitária plenamente elaborada. A condição negra torna-se perceptível através das relações sociais e dos lugares ocupados pelas personagens, enquanto sua tradução em categorias políticas ocorre posteriormente.

Essa trajetória exige atenção às diferentes classificações mobilizadas no romance. “Negro”, “índio” e “quilombola” aparecem em circunstâncias específicas e adquirem sentidos ligados às relações de poder em que são acionados. Joan Scott (1995, p. 88) propõe compreender as categorias sociais como construções historicamente situadas, cujo significado depende das condições de sua produção e uso. Essa dimensão aparece quando Bibiana relata que antigos moradores se apresentavam como indígenas diante dos “doutores da cidade”, pois sabiam da existência de uma legislação que impedia a retirada de terras indígenas: “eles diziam que eram índios, porque sabiam que havia lei que proibia tirar terra de índio” (Vieira Júnior, 2019, p. 177). A classificação é mobilizada, nesse caso, como recurso diante da ameaça de expulsão. Ao longo do romance, outras denominações – como “povo do mato”, “negrinhos da roça” e “moradores” – também situam a comunidade em posições sociais determinadas. A posterior afirmação como quilombola altera esse campo classificatório ao aproximar a autoidentificação de uma linguagem política e jurídica vinculada ao direito territorial.

A história do conceito de quilombo ajuda a dimensionar esse deslocamento. Beatriz Nascimento questiona interpretações que reduziram os quilombos a imagens fixas de fuga, isolamento ou reação espontânea à escravidão. Para a autora, essas leituras dificultam a compreensão de suas formas próprias de organização e das continuidades históricas da resistência negra. Sua proposta

desloca o quilombo para o terreno da organização social, compreendendo-o como uma experiência capaz de produzir formas de proteção e reorganização coletiva que ultrapassam o momento imediato da fuga (Nascimento; Ratts, 2021, p. 104-109).

Essa perspectiva também oferece um cuidado importante para a leitura de *Água Negra*. A memória comum da violência não deve transformar a comunidade em uma totalidade sem conflitos internos. Nascimento chama atenção justamente para as diferenças e contradições existentes no interior das formações quilombolas, questionando interpretações que lhes atribuem uma coesão absoluta (Nascimento; Ratts, 2021, p. 108). Em *Torto Arado*, a ênfase recai fortemente sobre a solidariedade produzida diante das ameaças externas. As diferenças entre gerações e estratégias de permanência aparecem, contudo, no contraste entre a prudência de Zeca Chapéu Grande e a posição assumida por Severo e Zezé. É nesse conflito geracional que a palavra “quilombola” adquire força. Os mais jovens passam a questionar uma relação com os proprietários sustentada pela gratidão à antiga concessão de morada. Para eles, a presença acumulada de gerações já constitui fundamento para reivindicar a terra. Belonísia acompanha essa transformação e registra o momento em que a nova linguagem política passa a circular:

Os mais jovens começavam a se considerar mais donos da terra do que qualquer um daqueles que tinham seus nomes transcritos no documento [...]. Meu irmão insistiu no assunto, apesar de evitar falar na frente de nosso pai. Vivia com Severo, para cima e para baixo, entre um trabalho e outro, para ganhar a atenção dos moradores. “Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas.” Era um desejo de liberdade que crescia e ocupava quase tudo o que fazíamos. (Vieira, 2019, p. 186-187).

A formulação “somos quilombolas” condensa a passagem da morada para uma linguagem de direitos. A permanência deixa de ser compreendida a partir da concessão dos proprietários e passa a encontrar fundamento na história da comunidade e na presença acumulada de gerações. José Maurício Arruti (2021) permite compreender a complexidade envolvida nessa passagem. O autor trata “quilombo” como uma categoria historicamente ressemantizada, cujo significado contemporâneo resulta de disputas entre experiências locais, movimentos sociais, produção acadêmica e reconhecimento jurídico. Nesse processo, formas variadas de autoidentificação passam a dialogar com uma categoria mais ampla, capaz de produzir inteligibilidade pública e acesso a direitos. Arruti descreve esse movimento como a tradução de “micro-categorias locais de autoatribuição em uma macro-categoria de atribuição político-jurídica” (Arruti, 2021, p. 334).

A contribuição de Arruti também permite tensionar a maneira como essa transformação aparece no romance. A autoatribuição quilombola costuma envolver processos de discussão coletiva, contato com movimentos sociais e reelaboração da memória. O autor recupera o depoimento de Ivo Fonseca, segundo o qual dificilmente uma comunidade chega à afirmação “eu sou quilombola” sem um percurso de “autoconhecimento”, “autodiscussão com o movimento negro” e “trabalho de base” (Fonseca, 2000, p. 77-78 apud Arruti, 2021, p. 340). Em *Torto Arado*, a nomeação surge de forma relativamente concentrada na atuação de Severo e Zezé. O romance desenvolve extensamente as condições históricas que podem sustentar essa identificação, enquanto dedica menos espaço ao processo específico de construção política da categoria no interior da comunidade.

Essa característica produz um efeito importante na forma do romance. Quando “quilombola” aparece, a palavra reúne experiências que vinham sendo apresentadas de maneira dispersa e lhes confere uma inteligibilidade política mais definida. O trabalho de gerações, a precariedade da morada e a memória da escravidão passam a integrar uma leitura comum sobre a trajetória de *Água Negra*. A rapidez dessa condensação pode ser problematizada, sobretudo quando comparada às mediações descritas por Arruti, mas ela também revela a função formal que a categoria assume na narrativa. A palavra reorganiza o passado e altera a maneira como as personagens formulam o presente.

A autoatribuição também se relaciona ao campo do reconhecimento jurídico. Eliane Cantarino O'Dwyer (2010), ao discutir os direitos territoriais associados ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mostra como a definição contemporânea das comunidades quilombolas se afastou de uma concepção restrita do quilombo histórico e passou a considerar formas próprias de organização social e vínculo territorial. Nesse debate, a autoatribuição desloca o centro da identificação para a maneira como o próprio grupo interpreta sua trajetória e seu pertencimento. Em *Água Negra*, essa linguagem jurídica incide sobre uma relação com a terra que antecede a própria nomeação quilombola e que o romance já havia construído por meio da permanência histórica da comunidade.

Essa relação entre autoatribuição e reconhecimento ganha sua expressão mais forte quando a identidade quilombola é acionada diante do Estado. Depois da morte de Severo, os moradores passam a construir casas de alvenaria e confrontam diretamente a precariedade que marcava sua permanência. A reação dos administradores da fazenda leva o conflito à esfera judicial e policial. Quando Bibiana é conduzida à delegacia, sua resposta estabelece explicitamente o vínculo entre história e identidade:

Muitos foram conduzidos à delegacia. Até mesmo Bibiana foi levada, junto com o filho. Lá se recordou da morte do marido, que ainda não havia completado um ano. Questionaram sobre o papel dela na desordem que relatavam na fazenda. Disse que era professora, casada por muitos anos com um militante. Disse que era quilombola. Escutou que ninguém nunca havia falado sobre quilombo naquela região. “Mas a nossa história de sofrimento e luta diz que nós somos quilombolas”, respondeu, tranquila, diante do escrivão e do delegado. (Vieira, 2019, p. 256).

A cena retoma o problema das classificações sob novas condições. O delegado contesta a nomeação com base na ausência de um reconhecimento anterior da região como quilombo; Bibiana responde mobilizando a própria história da comunidade como fundamento da identidade reivindicada. A legitimidade passa a ser formulada a partir da experiência histórica compartilhada. A cena também expõe a ambiguidade do reconhecimento institucional. O Estado aparece como possível instância de garantia de direitos territoriais e, simultaneamente, como força que interroga e criminaliza aqueles que disputam a terra. A identidade quilombola é afirmada diante de agentes que tratam a organização da comunidade como “desordem”. Dessa maneira, o romance aproxima reconhecimento e conflito, mostrando que a entrada em uma linguagem jurídica de direitos não encerra a disputa pelo território. Ela inaugura outro campo no qual a definição da comunidade, sua memória e sua legitimidade passam a ser confrontadas.

Ao longo desse percurso, a categoria “quilombola” reorganiza a maneira como Água Negra compreende sua própria trajetória. As experiências de racialização, as classificações mobilizadas diante das ameaças de expulsão e a permanência histórica no território passam a integrar uma linguagem coletiva de autoatribuição. A passagem de “moradores” para “quilombolas” expressa, assim, uma mudança na forma de legitimar o vínculo com a terra: o pertencimento vivido adquire uma formulação política capaz de sustentar reivindicações de reconhecimento e direito territorial. Com isso, *Torto Arado* articula a formação de uma identidade coletiva à luta pela terra e às formas pelas quais essa experiência é narrada pelas personagens. A identidade quilombola aparece como elaboração histórica produzida no encontro entre memória, territorialidade e ação política, fechando o movimento iniciado com a fratura entre propriedade jurídica e pertencimento vivido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Santa Rita Pescadeira afirma, nas páginas finais de *Torto Arado*, que “o passado nunca nos abandona” (Vieira, 2019, p. 261), sua fala condensa um dos movimentos centrais do romance. A experiência presente de Água Negra é construída em relação a uma história de escravização, deslocamentos e expropriação cujos efeitos permanecem inscritos na relação com a terra e nas trajetórias das personagens. Essa continuidade ganha sentido por meio da própria organização narrativa, que distribui a história entre Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira e faz da memória um princípio de articulação entre diferentes temporalidades.

A análise da terra permitiu observar como *Torto Arado* constrói uma fratura persistente entre propriedade e pertencimento. Os moradores de Água Negra transformam o território pelo trabalho, constroem nele suas relações familiares e estabelecem vínculos que atravessam gerações, enquanto o direito formal permanece concentrado nas mãos de proprietários ausentes. O regime de morada mantém essa permanência sob condição de dependência e revela a distância entre habitar uma terra e possuir o direito de decidir sobre ela. Ao longo do romance, porém, essa experiência se transforma. Aquilo que inicialmente aparece como concessão dos proprietários passa a ser interpretado pelas gerações mais jovens como fundamento de uma reivindicação territorial. A terra adquire, assim, um sentido histórico que reúne trabalho, memória e continuidade coletiva.

A passagem da morada para a reivindicação de direitos também modifica a maneira como a comunidade interpreta sua própria trajetória. A afirmação “somos quilombolas” reorganiza experiências que já estavam presentes na narrativa e lhes oferece uma linguagem política compartilhada. A relação com o território, a memória da escravidão e a permanência de gerações passam a compor uma história comum a partir da qual os moradores podem formular seu pertencimento diante dos proprietários e do Estado. O romance acompanha, nesse sentido, a constituição de uma identidade quilombola vinculada ao processo de luta pela terra. O reconhecimento jurídico surge dentro desse percurso como uma dimensão importante, embora permaneça atravessado por conflitos acerca de quem possui autoridade para definir a comunidade e legitimar seu vínculo territorial.

A estrutura das três narradoras é decisiva para a maneira como esse processo se torna conhecido. Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira ocupam posições distintas e estabelecem escalas

diferentes de relação com a experiência de Água Negra. Bibiana articula a memória familiar a uma compreensão política crescente da desigualdade fundiária; Belonísia inscreve essa história no corpo e desenvolve sua percepção a partir do silêncio e da experiência cotidiana; Santa Rita amplia a duração da narrativa ao relacionar o presente a uma memória ancestral que atravessa corpos e gerações. A alternância entre essas perspectivas faz com que a luta pela terra seja construída a partir da experiência daqueles que vivem suas consequências.

As diferenças entre as narradoras convivem com limites formais importantes. Como discutido a partir de Bakhtin (2010) e Gil (2023), a divisão do romance em três vozes não resulta necessariamente em uma polifonia marcada por consciências plenamente autônomas. Há diferenças de posição e de percepção entre Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, enquanto a linguagem e o horizonte de interpretação que orientam suas narrativas produzem uma forte aproximação entre elas. Essa convergência contribui para formar uma perspectiva compartilhada sobre a história de Água Negra, sobretudo quando o conflito pela terra se intensifica. A escolha formal do romance produz, dessa maneira, uma tensão entre multiplicidade de experiências e construção de uma memória coletiva.

O corpo ocupa um lugar fundamental nesse processo. A língua mutilada de Belonísia, a comunicação construída entre as irmãs e as incorporações de Santa Rita Pescadeira fazem com que a história seja elaborada por meio de experiências corporais que guardam e transmitem memória. No desfecho, quando a encantada atravessa os corpos de Bibiana e Belonísia, a distância entre passado e presente se estreita ainda mais. A violência experimentada por gerações anteriores participa da ação presente, e a ancestralidade adquire uma dimensão concreta na defesa do território. A frase que dá título ao trabalho expressa justamente essa temporalidade, na qual aquilo que aconteceu continua produzindo efeitos e orientando formas de agir.

É nessa articulação entre forma literária e experiência social que se encontra a força sociológica de Torto Arado. O romance constrói a luta pela terra por meio das perspectivas das personagens que vivem Água Negra e acompanha a transformação de um pertencimento cotidiano em consciência histórica e reivindicação política. Terra e memória tornam-se indissociáveis à medida que o território passa a concentrar a experiência acumulada das gerações e a possibilidade de continuidade da comunidade.

A pergunta lançada por Bibiana após a morte de Severo – “Mas que liberdade?” (Vieira, 2019, p. 220) – sintetiza uma das tensões que permanecem abertas ao final do romance. Para os moradores de Água Negra, a liberdade está vinculada à possibilidade de permanecer na terra e construir nela um futuro que deixe de depender da autorização de proprietários. A luta quilombola que se constitui ao longo da narrativa reúne, desse modo, passado e projeto de futuro. Ao fazer dessa história uma experiência narrada por mulheres negras inseridas na própria comunidade, Torto Arado transforma o território em eixo de elaboração da continuidade histórica e da construção coletiva do pertencimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito*. In: DELGADO, Nelson Giordano; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (orgs.). *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 309–332.
- ARRUTI, José Maurício. *Quilombos*. In: PINHO, Osmundo (org.). *Raça: perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA; Campinas: Ed. Unicamp; Brasília: ABA, 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. [S.l.]: Forense Universitária, 2010.
- BANAGGIA, Gabriel. 2015. As forças do Jarê: religião de matriz africana da Chapada Diamantina.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010b.
- _____. *Personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1998. (Coleção Debates, v. 1).
- DALCASTAGNÈ, Regina. Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambiguidades do discurso Diálogos Latinoamericanos, núm. 3, 2001, pp. 114-130. Aarhus Universitet, Aarhus, Dinamarca.
- GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 9. ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GIL, Fernando Cerisara. *Pelo prisma rural: ensaios de literatura brasileira*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2023.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di Letterature iberiche e iberoamericane*, n. 2, p. 199–221, 30 nov. 2012.

GODOI, Emília Pietrafesa de. *A gramática da relação com a terra entre quilombolas do Maranhão e camponeses do sertão do Piauí*. RURIS (Campinas, Online), v. 15, n. 1, p. 13–36, 30 ago. 2023.

MARTINS, José de Souza. *A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil*. Tempo Social, v. 6, p. 1–25, dez. 1994.

NASCIMENTO, Beatriz. *Parte III: o quilombo como sistema alternativo*. In: NASCIMENTO, Beatriz; RATTS, Alex. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terras de quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção*. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (org.). Territórios quilombolas e conflitos. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 51–76. (Caderno de Debates Nova Cartografia Social, v. 1, n. 2).

SANTOS, Antonio Bispo dos. *Somos da terra*. Piscograma, Belo Horizonte, n. 12, p. 44–51, 2018.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SENNA, Ronaldo; AGUIAR, Itamar. Jarê: instalação africana na Chapada Diamantina. Afro-Ásia, Salvador, n. 13, p. 75-85, 1980.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Torto Arado*. São Paulo: Todavia, 2019.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

CONTRIBUIÇÃO DA AUTORA

Laís Silva Braga: Conceituação, metodologia, investigação, redação, revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizada inteligência artificial generativa para revisão textual, conferência de referências e tradução do resumo para o inglês. A concepção e a análise são de responsabilidade da autora.

MINIBIOGRAFIAS DA AUTORA DO PAPER

Laís Silva Braga é mestra em Sociologia e bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desenvolve pesquisas nas áreas de sociologia da literatura, relações raciais, gênero e pensamento social brasileiro.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.